

# Prioridade à livre empresa

O presidente José Sarney, ao recomendar aos seus auxiliares mais imediatos a busca de soluções para conter o aumento da demanda por força do crescimento da oferta de bens e não em decorrência de pressão fiscal, colocou sobre a mesa das autoridades econômicas um desafio. Essa orientação política do Chefe da Nação valoriza os mecanismos da redistribuição de renda, como instrumento de elevação do bem-estar social, ao mesmo tempo em que preserva o desfrute das categorias trabalhadoras dos ganhos reais que conseguiram, bem como dos aumentos da massa salarial posta em circulação pelo crescimento da oferta de empregos.

Como responsável maior pelo "Plano Cruzado" o Presidente da República mantém sob custódia pessoal os avanços realizados no campo social, onde identificou perto de 25 milhões de estreates no mercado consumidor. Nesse expressivo contingente o Chefe do Poder Executivo projeta o maior êxito da reforma econômica de fevereiro. E sua intenção manter e preservar os espaços consumistas dessa coletividade, sem prejuízo dos esforços que fará para ampliar a sua expressão numérica. Para tanto, está exigindo mais criatividade de sua assessoria técnica e menos apelos aos métodos convencionais de esvaziar por interferência fiscal essa capacitação. Entende que o Cruzado está merecendo alguns retoques pela simples razão de não se constituir o plano num fim em si mesmo mas, sim, num instrumento para reverter o quadro de caos inflacionário em que mergulhara o País.

E dentro dessa óptica que o Governo pretende agir e reagir com vistas a assegurar a continuidade de uma política voltada preferen-

cialmente em sua implementação para a iniciativa privada, e nesse sentido está recomendando o direcionamento da economia nacional.

Considerando a importância da participação do capital estrangeiro nos esforços para a retomada do desenvolvimento, com a recessão deixada para trás, solidarizando-se com o sistema produtivo nacional, o presidente Sarney teve oportunidade de manifestar aos jornalistas alemães que o foram visitar o propósito inarredável de manter a lei que há mais de trinta anos regulamenta a entrada de capitais externos no Brasil. Sua decisão tem a expressa finalidade de garantir a livre iniciativa de origem externa na participação do mercado produtor brasileiro, guardadas as conveniências determinadas em lei.

A legislação em vigor atende aos interesses do País e não se conflita com os propósitos do empresariado internacional que se volta para o Brasil em busca de novas oportunidades. A garantia do Presidente da República consolida as bases de ingresso da poupança externa e junta a experiência e a solidez de grupos empresariais mundialmente consagrados à bem estruturada indústria brasileira.

Os novos fatores de mercado decorrentes da reforma econômica abrem os espaços para a ampliação da participação de capitais estrangeiros. Quer em decorrência do fim da recessão, quer por força da contenção do processo inflacionário, cujos confiscos financeiros faziam arredios os investidores internacionais.

São extremamente favoráveis as condições para um retorno dos recursos em divisas fortes para

investimentos no País com vistas a compor o parque gerador de riquezas que reflita nos seus níveis operacionais e nos resultados financeiros de sua atuação as excelências do mercado livremente estruturado, competitivamente movimentado e privadamente comandado.

O Brasil, efetivamente, representa um mercado atraente pela exuberância de suas respostas e pela abrangência de seu significado. Saneado por força do "Plano Cruzado" e liberado dos fantasmas da recessão econômica, ele oferece condições prioritárias para ampliar linhas de investimento.

As planilhas de aplicações de capital, por isso mesmo, estão enriquecidas pelo vulto das poupanças que buscam o mercado brasileiro. A Bayer, como excelente concorrente da química fina pretende investir perto de US\$ 150 milhões nos próximos anos. A Volkswagen tem projeções para aplicações de capital com vistas à ampliação de sua capacidade de exportar. A Monsanto, dos Estados Unidos, também do setor químico, quer investir mais US\$ 40 milhões. Por seu turno, a Kodak inscreve-se entre as candidatas a elevar seus investimentos, da ordem de US\$ 150 milhões, com vistas a consolidar sua posição empresarial no País.

Pouquíssimas nações modernas estão convivendo com situações tão otimistas e previsões tão objetivas. Há uma trepidação generalizada na economia, exigindo e provocando reações de mercado altamente favoráveis. Urge saber gerenciá-las atendendo às leis de mercado e sem perder de vista a principal delas: a da oferta e a da procura.